

ENTENDER NKOMATI

N. 30/11/84

NA PERSPECTIVA DA HISTÓRIA

— Aquino de Bragança, na Casa Velha

As salas da Casa Velha, em Maputo, foram pequenas para albergar as centenas de pessoas que ali acorriam na última quarta-feira à noite, sentando-se no chão dos corredores, nos parapeitos das janelas, ocupando tudo quanto era espaço.

O motivo da aglomeração foi o orador daquela «Noite de Conversa», o Professor Aquino de Bragança. O tema em debate

— É esta falta de perspectiva histórica que faz com que alguns dos nossos amigos não entendam correctamente o acordo — disse. — Existiu também em alguns meios de informação progressistas uma certa contaminação da informação proveniente de Pretória, que apresentava Moçambique como estando de joelhos.

Contudo — prosseguiu — nenhuma leitura do texto do Acordo permite tirar qualquer conclusão sobre a existência de um vencido ou de um vencedor.

Foi a parte moçambicana, por exemplo, que impôs a colocação do problema de segurança como condição prévia das negociações — disse Aquino.

ANTECEDENTES HISTÓRICOS

Falando sobre as raízes históricas da presente situação na zona, Aquino referiu que o que distingue o colonialismo português dos outros colonialismos não é o princípio, mas o seu fim.

— Não houve, no caso de Moçambique, descolonização. Este termo

não pode ser aplicado nas circunstâncias históricas da queda do regime colonial português — disse.

— A África do Sul, que já ocupava um lugar muito importante na economia moçambicana, pretendeu herdar a posição do colonialismo português — disse o Director do Centro de Estudos Africanos da Universidade.

— O aparecimento da guerra perturbou o desenvolvimento normal dos fenómenos em Moçambique. Abriu-se, então, campo para os investimentos estrangeiros e a África do Sul acelerou a sua intervenção em Moçambique.

Em 1972 — prosseguiu — a Metrópole portuguesa já estava quase subalternizada no plano económico. Temos, por assim dizer, a existência de duas metrópoles. Moçambique integra-se no subsistema que tinha por centro a África do Sul.

Com o aparecimento da equipa Vorster-Van den Berg é adoptada na África do Sul a política do diálogo. Sabia-se que o desenvolvimento do mercado na RAS podia, por si só, fazer perigar todo o edifício do «apartheid».

foi o Acordo de Nkomati e a análise da posição de Moçambique na África Austral.

Com brilho e propriedade, o Professor Aquino situou historicamente a assinatura do Acordo de Nkomati e insistiu na necessidade de entender o Acordo no quadro da evolução histórica de toda a região austral do Continente.

— Era necessário procurar expansão de mercado nos países vizinhos — disse Aquino.



Aquino de Bragança

Esta procura de uma relativa coexistência não morreu completamente com a queda de Vorster.

— É necessário — referiu aquele investigador moçambicano — entender a África do Sul não como um poder monolítico e homogêneo, mas com as suas próprias fricções e divergências de interesses.

AS RAZÕES DA RAS

Para Aquino de Bragança, os Acordos de Lusaka, em 1974, representaram o fim de uma certa guerra, mas não o fim definitivo de toda a guerra no subsistema da África Austral.

Os sul-africanos estavam apostados na guerra total contra os Estados vizinhos, apresentados como portadores da «ameaça comunista».

Não só não se viabilizava a ocupação militar directa do nosso País, como o tipo de guerra que se adoptou não logrou criar as alternativas que eles queriam. Existem ainda, na intervenção de A. de Bragança, dois factores que levam a que uma via económica substitua a via militar na procura da hegemonia sul-africana na zona.

— São as pressões dos EUA e dos representantes da capital sul-africana que vêm na generalização da guerra uma ameaça aos seus interesses.

O debate que se seguiu foi bastante animado e enriquecedor. Foram apresentadas questões sobre as razões da crise interna que a África do Sul atravessa e que a levaram à assinatura de Nkomati.

Igualmente foi questionada a componente portuguesa dos bandidos armados, contribuindo-se para definir os contornos, o papel e lugar que a ela deve ser atribuído.

Aquino de Bragança respondeu que o Governo português dispõe de possibilidades legais para actuar contra os representantes do banditismo sediados em Lisboa.

— O argumento de que não existem disposições constitucionais que permitam a adopção de medidas contra o banditismo não é convincente — disse Aquino.

— A Constituição Portuguesa não permite que cidadãos portugueses dirijam movimentos estrangeiros que reivindicam a autoria de crimes contra cidadãos portugueses e contra interesses portugueses.